

GENEALOGIAS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA, CULTURAL, RELIGIOSA E POLÍTICA

English title: *GENEALOGIES: A HISTORICAL, CULTURAL, RELIGIOUS, AND POLITICAL PERSPECTIVE*

doi: DOI NUMBER: 10.33726/akedia2447-7656v17a112025p150a171

CARVALHO, Isaar Soares de¹

RESUMO: O artigo examina as diversas interpretações a respeito das Genealogias e de suas relações com os conceitos de nacionalidade, cultura, religião, bem como com as ideologias, a política, a propriedade e, especialmente, a identidade da pessoa humana, sua visão da realidade e seu modo de ser no mundo. Nesse sentido, o artigo propõe uma visão ampla das Genealogias, destacando sua importância na *Bíblia* e na cultura judaica. Outro tópico importante, diz respeito aos aspectos ideológicos das narrativas sobre os chamados ‘Grandes Descobrimentos’, marcados pela violência contra os habitantes primitivos da América do Sul e de outros continentes colonizados por nações cristãs. O texto trata também das relações entre religião e política no Brasil e, por fim, propõe que reconheçamos que todas as pessoas são iguais por natureza, sem preconceito étnico-racial, de classe, gênero, religião, ideologia política ou outras formas de discriminação. Foi inspirado por esses ideais, que Friedrich von Schiller escreveu que todos os seres humanos serão irmãos sob as amplas e ternas asas da alegria. Que este artigo atinja o objetivo de contribuir para que alcancemos esse ideal sublime. À guisa de resultados, constata-se que ainda vivemos em uma sociedade individualista, competitiva, violenta e desigual, ainda que, por premissa, todos sejamos irmãos e tenhamos internamente o cerne da igualdade.

PALAVRAS-CHAVE: Genealogia, religião, política

ABSTRACT: The article examines the various interpretations of genealogies and their relationship to concepts of nationality, culture, religion, as well as ideologies, politics, property, and, especially, human identity, one's view of reality, and one's way of being in the world. In this sense, the article proposes a broad view of Genealogies, highlighting their importance in the Bible and in Jewish culture. Another important topic concerns the ideological aspects of the narratives about the so-called “Great Discoveries,” marked by violence against the primitive inhabitants of South America and other continents colonized by Christian nations. The text also addresses the relationship between religion and politics in Brazil and, finally, proposes that we recognize that all people are equal by nature, without prejudice based on ethnicity, race, class, gender, religion, political ideology, or other forms of discrimination. It was inspired by these ideals that Friedrich von Schiller wrote that all human beings will be brothers under the broad and tender wings of joy. May this article achieve its goal of contributing to the attainment of this sublime ideal. In terms of results, it is clear that we still live in an individualistic, competitive, violent, and unequal society, even though, in principle, we are all brothers and sisters and have the core of equality within us.

KEYWORDS: Genealogy, religion, politics

¹Graduado em Teologia e em Filosofia. Mestre e Doutor em Filosofia (IFCH-UNICAMP). Pós-Doutor em Letras (FFLCH-USP). Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG.

INTRODUÇÃO

"nenhum homem é uma ilha" (John Donne,
1572-1631. Poeta inglês. In: "Meditações")

Nosso objetivo é examinar e demonstrar a importância das Genealogias para a preservação da História, das famílias, das nações, bem como suas relações com o direito, a liberdade, a propriedade, a religião e a política.

O artigo trata de um tema amplo, incluindo as referências às Genealogias de Israel, as quais apresentam uma relação direta com a sua origem, em Abraão, oriundo de Ur, dos caldeus, sendo, por isso, chamado de 'arameu errante', devido às suas peregrinações naquela cultura nômade, onde se lutava por uma possessão que tivesse água suficiente para o clã e para os animais, visto que tanto homens quanto mulheres cuidavam dos rebanhos.

Séculos depois, essa expressão passou a ser repetida numa confissão de fé, que continha também os primórdios da Genealogia de Israel, a qual dizia: "Arameu errante foi meu pai, e desceu para o Egito, e ali viveu como estrangeiro, com pouca gente; e ali veio a ser Nação grande, forte e numerosa" (Dt 26:5). Isso demonstra que as Genealogias, em Israel, foram preservadas, ao longo do tempo, especialmente nos tempos do exílio na Babilônia, e do retorno para Israel de uma parte da população de judeus que foram libertos, como relatam os livros de "Esdras" e "Neemias".

Outro tema a ser abordado, diz respeito às Genealogias de caráter político, pois a sucessão nas monarquias era decidida, de acordo com a árvore genealógica, e quando não havia um herdeiro ou uma herdeira da família para a sucessão no governo, mesmo assim, as monarquias continuavam, pela necessidade de manutenção da soberania, de tal modo que muitos reis inventavam Genealogias para que suas famílias permanecessem no poder. Nesse sentido, as Genealogias têm uma relação direta com as ideologias e com os mitos construídos para o fortalecimento da crença nos falsos messias dos Estados nacionalistas e totalitários, como o Nazismo, o Comunismo, o Fascismo, o Estado Novo e outros Estados de exceção.

As monarquias absolutas adotavam um discurso mitológico e teológico, chegando alguns monarcas a exigir sua adoração como se fossem deuses, como

ocorreu na Babilônia e em Roma. Na Babilônia, Nabucodonosor decretou que se construísse uma estátua que o representasse como uma divindade, a quem a comunidade política deveria prestar culto, sob o seguinte mandado, registrado no livro de “Daniel”: “Ordena-se a vós outros, ó povos, nações e homens de todas as línguas: no momento em que ouvirdes o som de toda sorte de música, vos prostrareis e adorareis a imagem de ouro que o rei Nabucodonosor levantou”.

Em síntese, a Política se faz tanto com as ideias de grandes pensadores, para defender o bem e a justiça, quanto por mitos e ideologias totalitárias, as quais procuram ocultar a sua periculosidade, recorrendo a grandes pensadores, como Platão, que foi citado na mitologia nazista, para justificar a eugenia, também definida como “mito do bom nascimento” ou da “raça pura”. No entanto, a mera referência a um grande pensador não é, necessariamente, suficiente para justificar ou sustentar o chamado mito da raça pura ou qualquer outra ideologia racista e totalitária.

Também trataremos das Genealogias no Brasil, terra marcada pela invasão portuguesa e holandesa, pela presença de franceses, alemães, italianos, árabes, pelo desrespeito às etnias indígenas e pelo tráfico de pessoas escravizadas vindas da África, bem como pela ideologia do embranquecimento, visto que uma parte razoável da sociedade brasileira era composta por negros, indígenas e seus descendentes.

I – As Genealogias na Bíblia

O termo Genealogia, em Hebraico é תֹּלֶדֶת (tôledôt), e significa ‘gerações, descendentes, Genealogias, relato ou narração’. O termo é derivado do radical תַּלְדֵת (yalad), que significa "dar à luz, gerar". O termo geração é registrado na versão King James, da *Bíblia*, publicada em 1611, por 107 vezes, em 92 versículos. De acordo Albert Vincent, erudito teólogo que lecionou na Universidade de Estrasburgo, o termo tôledôt aplica-se às “gerações sucessivas de um mesmo grupo de famílias”. É reconhecido, no entanto, por grandes exegetas, que se encontram lacunas nas listas genealógicas. As Genealogias, porém, não são mero produto da imaginação, por isso, têm uma grande

importância jurídica, especialmente em relação à legalidade das sucessões e das heranças.

Quanto à narrativa do “Gênesis” a respeito de Adão, ela pode referir-se não apenas um indivíduo, mas também a toda a humanidade. Etimologicamente, o termo Adão, é derivado de Adamah, que, em Hebraico, significa ‘terra, solo’. Comparando esses dois termos, é possível concluir, para os que adotam a confissão de fé judaica ou a cristã, que viemos da terra, porém, temos o sopro divino, como diz o “Gênesis”: “Formou o Senhor Deus o homem, do pó da terra, e soprou-lhe nas narinas, o fôlego da vida; e o homem tornou-se alma vivente (Gn 2:7). É assim, pois, que tanto a confissão de fé judaica quanto a cristã afirmam que fomos feitos à imagem e semelhança de Deus.

As Genealogias relativas ao povo de Israel foram importantes para o registro da descendência dos membros da comunidade política, bem como para a preservação da propriedade e dos direitos de sucessão, tanto em relação à posse da terra quanto da sucessão no trono, o que não impedia que houvesse uma continuidade perpétua da mesma linhagem no exercício do poder.

As heranças, em Israel, eram tratadas de forma criteriosa, e vários profetas se levantavam para defender as pessoas que eram vítimas da usurpação de suas terras, como ocorreu com um homem chamado Nabote, cuja vinha, o rei Acabe queria anexar à sua casa e ali fazer uma horta. O rei lhe ofereceu duas possibilidades: vender-lhe a vinha ou trocá-la por outra com o soberano, no que Nabote lhe respondeu: “Guarda-me, o Senhor, de que eu te dê a herança de meus pais” (I Rs 21:3).

Como o rei ficara desgostoso e indignado, vendendo-o sua mulher, Jezabel, contratou alguns homens ímpios para que depusessem falsamente contra Nabote e, assim sua vinha foi confiscada pela rainha Jezabel, a qual contratou homens que o acusaram falsamente, dizendo que ele “blasfemou contra Deus e contra o rei”. E, assim, Nabote foi morto por apedrejamento e o rei Acabe, lhe tirou não só a vinha, mas também sua vida.

O chamado realismo político, portanto, já estava presente no antigo Israel. O rei foi repreendido pelo profeta Elias, por seu consentimento com a maldade de Jezabel. Nesse sentido, devemos nos lembrar que os reis são

investidos de autoridade pela comunidade e devem estar a seu serviço, defendendo-a e protegendo-a. No entanto, nem mesmo em Israel havia garantia de que algum soberano fosse totalmente probo.

Destacamos também um importante relato, do “Antigo Testamento”, que demonstra a importância das Genealogias e de suas relações com as heranças, o qual encontra-se no livro de “Rute”, cuja narrativa diz respeito a três mulheres que ficaram viúvas e foram peregrinar em Moabe, em busca de sobrevivência, devido à escassez de alimentos em Israel.

Eram elas Noemi, Rute e Orfa. Depois de passado certo tempo, Noemi e Rute voltaram para Israel e tiveram a propriedade que pertencera a Noemi resgatada por Boaz. Este veio a se casar com Rute, mulher moabita e, assim, a Genealogia de Jesus teve o concurso de uma mulher estrangeira, o que mostra que, para com Deus, não há acepção de pessoas.

Pode-se afirmar que Noemi era uma avó simbólica, ainda que considerasse o menino que nasceu, chamado Obede, como se fosse seu próprio filho. E, assim, o resgate da geração de uma família tornou-se uma grande felicidade. Noemi, que dizia, depois da morte de seus dois filhos: “cheia, parti, porém, vazia o Senhor me fez tornar”.

Depois do nascimento de Obede, ela mudou o seu semblante e, por isso, faz sentido, na teologia judaica, a afirmação de que: “herança do Senhor são os filhos e o fruto do ventre, o seu galardão”.

Esta é uma Genealogia importante na linhagem de Jesus, pois é descendente de Davi, filho de Jessé, filho de Obede, filho de Boaz, que se casara com Rute. Dessa forma, uma estrangeira se casou com um israelita, e dessa longa geração, nasceu Jesus, chamado o Cristo.

Nesse sentido, teologicamente é necessário observar que Jesus não tinha uma Genealogia comum, por isso, o evangelho de “Lucas” começa a sua Genealogia retroativamente, indo de Jesus até Adão, e de Adão até Deus. Assim, Jesus pode ser chamado, tanto de Filho de Deus quanto de Filho do Homem.

Já, a narrativa de “Mateus” começa a Genealogia partindo de Davi, pois havia uma profecia, do livro de “Isaías”, que falava a respeito de um renovo que

viria de Jessé, pai de Davi. Por isso, Jesus foi identificado como o filho de Davi, como registram os evangelhos de “Marcos” e “Lucas”, que narram a busca pela cura de um homem cego que clamava: “Jesus, filho de Davi, tem compaixão de mim”. O fato de “Lucas” ter registrado a cura desse homem por Jesus, reveste a sua narrativa de grande fidedignidade, pois ele, como médico, reconheceu a veracidade dos feitos miraculosos de Deus.

Observa-se, no entanto, um aspecto androcêntrico nas narrativas dos evangelhos de “Mateus” e de “Lucas”, visto que “Mateus” cita quatro mulheres apenas: Tamar, Raabe, Bate-Seba e Maria. Já, no Evangelho de “Lucas”, a única mulher mencionada na Genealogia de Jesus, foi Maria.

Do ponto de vista teológico, “Lucas” escreve a sua Genealogia retroativamente, indo de Jesus até Adão, e concluindo com a afirmação de que Adão procedeu de Deus. Contudo, em ambos os Evangelhos, há um lugar relevante sobre a importância de Maria na encarnação de Jesus, em seu ministério e na História da salvação.

Em relação à cultura judaica, marcada pelo androcentrismo, as Genealogias privilegiam mais a menção dos homens do que das mulheres. O Evangelho de “Mateus” menciona apenas quatro mulheres na Genealogia de Jesus, em contraponto, inclui os nomes de trinta e sete homens.

Quanto ao evangelho de “Lucas”, apesar de dedicar parte do texto a Maria e a Isabel, esta, mãe de João Batista, ao narrar o nascimento de Jesus ele não menciona sequer uma mulher. Isso pode se dever às fontes das quais ele dispunha, não necessariamente de uma característica androcêntrica de sua narrativa. E enquanto “Mateus” começa a Genealogia de Jesus, a partir de Adão, no Evangelho de “Lucas”, a Genealogia se inicia por Jesus e caminha retroativamente até Adão, que fora gerado por Deus. Esse foi um recurso argumentativo utilizado por “Lucas”, para mostrar tanto a natureza divina quanto humana de Jesus.

Quanto a Jesus Cristo, nada indica nos livros canônicos que ele tenha se casado e gerado filhos. Vários eruditos nas Escrituras, interpretam o capítulo 53 de “Isaías”, em relação a Cristo, do qual, em relação à questão da Genealogia, destaca-se a seguinte indagação do profeta: “E da sua linhagem, quem cogitou?

Porquanto, foi cortado da terra dos viventes; por causa da transgressão do meu povo, foi ele ferido" (Is 53:8). Esse é um texto, portanto, que pode ser interpretado em relação à história ou à Genealogia da salvação.

A Genealogia de Jesus, assim, pode ser interpretada de duas formas: por um lado, ele é eterno. Por outro lado, ele assumiu a natureza humana, aquilo que, no evangelho de "João", tornou-se conhecido pela expressão: "O verbo se fez carne e habitou entre nós" (Jo 1:14). Isso foi interpretado pelo teólogo inglês Charles H. Dodd como a presença de Deus na "ordem fenomenal do ser". E Paulo já escrevera que "Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o homem" (II Co 5:19).

Essa presença do verbo eterno entre a humanidade criou muitas dificuldades para os teólogos em relação à natureza de Cristo, pois ele é ao mesmo tempo divino, mesmo que tenha assumido a forma humana. Essa dualidade da pessoa de Cristo é definida pelos teólogos como uma natureza teantrópica, termo formado por theós (Deus) e ânthropos (ser humano). Quanto à sua posteridade ou Genealogia, ela pode ser interpretada, tanto em termos teológicos quanto antropológicos.

Quanto à expressão de 'geração em geração', utilizada em vários textos bíblicos, ela diz respeito ao caráter limitado de nossa existência. Assim, nós temos um elo natural que gerou o conceito de Humanidade, donde fazemos parte de toda a sua Genealogia.

E, por mais que pensemos e digamos que somos senhores do nosso destino, fazemos parte de uma Genealogia que tem consciência da sua finitude, mas que traz uma centelha do eterno dentro de sua alma, pois para os que creem, fomos feitos à imagem e semelhança de Deus, como diz o salmista: "Sois deuses, sois todos filhos do Altíssimo" (Sl 82:6).

Ainda sobre as Genealogias registradas na *Bíblia*, é relevante observar que no "Antigo Testamento", os livros de "Crônicas", "Esdras" e "Neemias" contém importantes registros sobre as famílias dos judeus que foram libertos do cativeiro babilônico e voltaram para Israel, especialmente os que pertenciam às famílias dos sacerdotes, da tribo de Levi.

II – As Genealogias de caráter ideológico, religioso e político

A Política é marcada por mitologias construídas propositadamente, dentre as quais aquelas relativas às origens de uma família, um clã, um povo, uma Nação, bem como à conquista e preservação do poder no Estado, produzindo um efeito, em que as famílias dos reis passam a ser veneradas como se formadas por pessoas perfeitas, naturalmente adornadas de beleza, força e probidade. Isso até faz parte da construção da imagem das autoridades e de acordo com Hobbes, pode ser comum a todos os seres humanos.

É assim que os imperadores romanos, de algum modo, consideravam o cristianismo uma ameaça ao poder, visto os cristãos afirmarem estes que Jesus seria o seu Senhor. Daí, os perseguiam como se fossem hereges, pois os próprios imperadores, além de incrédulos, atribuíam a si mesmos o título de deuses. Nesse sentido, o termo heresia tem um significado não só religioso, mas também político, e no caso dos reis e imperadores que se consideravam deuses, o termo se aplicava a esses impostores nas duas formas de sua significação.

Por outro lado, as Genealogias se ligam também à propriedade de terras, pois já era costume, na Antiguidade, dar o nome de pessoas a vários lugares. Pessoas comuns também davam seus nomes às suas propriedades, tanto para evitar a posse da terra por outrem quanto para que seus nomes passassem para a posteridade. Isso, do ponto de vista teológico, é visto como uma forma de vaidade, expressa no “Salmo”, que diz: “O seu pensamento íntimo é que as suas casas serão perpétuas, chegam a dar seu próprio nome às suas terras. Todavia, o homem não permanece em sua ostentação”.

Os séculos se passaram, as culturas são diferentes, porém, dar o nome do proprietário e de sua família a uma herdade, também é comum em nosso tempo, especialmente em relação às propriedades rurais, bem como nas cidades que homenageiam autoridades, como Florianópolis, nome dado a essa cidade, em homenagem a Floriano Peixoto, conhecido por seu autoritarismo.

Há outras cidades cujos nomes homenageiam autoridades que não foram solidárias com a população excluída, mas cuidaram apenas dos interesses pessoais e de sua classe. Mas qual seria o lugar da memória dos excluídos nos

nomes das capitais e de outras grandes cidades, daqueles que vivem nas favelas, nos becos, enfim, daqueles que se refugiam nos antros da terra?

A Política se serve dos mitos como forma de justificação do poder desde a Antiguidade, pois havia reis que se consideravam deuses ou filhos dos deuses, procurando assim incutir o medo na população e garantir o poder dos monarcas e sua descendência de forma ilimitada, isto é, absoluta. Assim, a elaboração dos mitos da ancestralidade dos soberanos teve a finalidade de que a sua veneração fosse historicamente mantida pela sociedade: assim, a obediência civil foi associada à mitologia e à teologia, mesmo por monarcas ímpios, que não veneravam as divindades.

Hobbes fez um estudo minucioso do conceito de heresia na obra *Narração Histórica sobre a Heresia e as Formas de seu Castigo*, na qual explica que o termo ‘heresia’, no Grego, significando ‘escolha’. Dessa forma, cada nova Escola de Filosofia que surgia, poderia ser chamada de heresia. O referido termo, apesar disto, foi aplicado posteriormente aos pensamentos e às interpretações da fé que estivessem em desacordo com os dogmas da Igreja.

Por outro lado, em Roma, os cristãos eram considerados hereges, por não cultuarem os imperadores, os quais atribuíam a si mesmos a divindade, sendo mesmo possível que o primeiro imperador, Caio Otávio Turino, tenha adotado o nome de Augusto, como uma forma de manter o povo sob seu domínio com maior facilidade, visto que o nome Augusto, tanto pode significar divino quanto ilustre. E, assim, é que, homens ímpios, fingindo serem deuses, utilizavam-se da piedade do povo para dominá-lo.

Quanto ao termo ‘ímpio’, ele se refere às pessoas que não são piedosas ou pias, isto é, não creem nas divindades, nem as veneram. O referido termo, também, pode ser usado no sentido da prática da injustiça em geral. Esses dois sentidos do termo aparecem por diversas vezes no “Antigo” e no “Novo Testamento”. Dessa forma, às vezes, somos considerados ímpios diante do Estado, por sermos pios diante de Deus.

Por outro lado, historicamente, a Igreja considerou pessoas justas como se fossem ímpias, atribuindo-lhes a alcunha de hereges, não no sentido original do termo heresia – o de escolha. E se prestarmos bem atenção no original grego,

do “Novo Testamento”, veremos que a expressão, traduzida como ‘seita’, pode ser explicada também como ‘heresia’. Nesse sentido, quando o livro de “Atos dos Apóstolos” utiliza a expressão ‘seita dos nazarenos’ em relação aos discípulos de Jesus, seria o mesmo que dizer ‘heresia dos nazarenos’, isto é, era uma nova forma de se interpretar a religião. O termo ‘heresia’ também era usado em relação à Política, como uma forma de desqualificar os adversários.

Do ponto de vista da Política, o mito de Rômulo e Remo, como supostos fundadores de Roma, é meramente uma narrativa para dar um sentido à origem daquela civilização. Por outro lado, era comum, na Antiguidade, os reis e imperadores alegarem que eram deuses ou filhos destes, o que provocava tanto o respeito civil quanto o temor religioso e, assim, o Estado e seus soberanos eram reverenciados por intermédio de uma mitologia política e religiosa.

Nesse sentido, Thomas Hobbes registra, no cap. XI do *Leviatã*, que os insucessos nas guerras e as perdas das colheitas eram atribuídos pelas autoridades aos cidadãos, por algum pecado cometido na adoração dos deuses e, assim, os chamados ‘pastores do povo’ se eximiam da responsabilidade pela proteção dos súditos em situações de insegurança e escassez.

Quanto à origem da religião dos gentios, Hobbes afirma que “da ignorância quanto à distinção entre os sonhos, e outras ilusões fortes, e a visão e a sensação, surgiu, no passado, a maior parte da religião dos gentios, os quais adoravam sátiros, faunos, ninfas, e outros semelhantes, e a opinião que a gente grosseira tem das fadas, fantasmas e gnomos e do poder das feiticeiras”.

Essas religiões eram baseadas, portanto, no medo, como afirma o filósofo: “alguns dos antigos poetas disseram que os deuses foram criados pelo medo dos homens, o que, quando aplicado aos deuses (quer dizer, aos muitos deuses dos gentios) é muito verdadeiro”. Esses deuses, inventados devido à ignorância que a maioria dos homens têm das causas, eram tantos, que Hobbes observa “que havia entre os pagãos, quase tão grande variedade de deuses como de atividades”.

Hobbes observa ainda, que as autoridades e os legisladores dos gentios se valiam disso, para manter o domínio sobre a população e evitar revoltas,

inventando deuses e atribuindo problemas sociais, econômicos e políticos a algum erro na veneração das divindades, conforme citamos a seguir:

Os primeiros fundadores e legisladores de Estados entre os gentios, cujo objetivo era apenas manter o povo em obediência e paz, em todos os lugares tiveram os seguintes cuidados. Primeiro, o de incutir em suas mentes a crença de que os preceitos que ditavam a respeito da religião não deviam ser considerados como provenientes de sua própria invenção, mas como os ditames de algum deus, ou outro espírito, ou então, de que eles próprios eram de natureza superior à dos simples mortais, a fim de que suas leis fossem mais facilmente aceitas. Em segundo lugar, tiveram o cuidado de fazer acreditar que aos deuses desagradavam as mesmas coisas que eram proibidas pelas leis. Em terceiro lugar, o de prescrever cerimônias, suplicações, sacrifícios e festivais, os quais se devia acreditar capazes de aplacar a ira dos deuses; assim como, que da ira dos deuses resultavam o insucesso na guerra, grandes doenças contagiosas, terremotos e a desgraça de cada indivíduo; e que essa ira provinha da falta de cuidado com sua veneração e do esquecimento ou do equívoco em qualquer aspecto das cerimônias exigidas.

Além disso, em relação ao caráter de manipulação e de dominação da religião entre os gentios, Hobbes afirma:

As formas de veneração que os homens naturalmente consideravam próprias para oferecer a seus deuses, tais como sacrifícios, orações e ações de graças, os mesmos legisladores dos gentios acrescentaram suas imagens, tanto em pintura como em escultura. A fim de que os mais ignorantes (quer isto dizer, a maior parte, ou a generalidade do povo), pensando que os deuses em cuja representação tais imagens eram feitas, nelas realmente estavam eles incluídos, como se estivessem nelas alojados, pudessem sentir perante elas, ainda mais medo.

Essa forma de controle através do medo, foi adotada também pela Igreja, visto que se considerava a guardiã dos mistérios da fé e que, depois da conversão de Constantino, passou a interferir mais e mais na Política, chegando, ao longo da História, a propor duas formas de investidura do poder soberano: uma, pelo próprio Estado, outra, pela Igreja. Por isso, ainda que o poder fosse laico, era oportuno que se realizasse uma Missa de coroação.

Foi nesse contexto, que Luís XIV afirmou que “Paris valia uma Missa”. E como ele era contrário à interferência da Igreja, estrategicamente criou um mito em torno de si mesmo, comparando-se ao Sol e, assim, se fortaleceu a sua ideologia do poder absoluto.

O expresso poder absoluto, no entanto, não se aplica a nenhuma pessoa, nem ao monarca, nem à rainha, nem ao presidente ou à presidenta de uma

Nação, mas faz parte de um discurso ideológico, a fim de manter a crença dos cidadãos nos atores políticos. No fim das contas, em suma, como escreveu Heráclito de Éfeso, “tudo flui”, e isto se aplica não só à Natureza, mas também à Política e às nossas vidas, como escreveu Moisés: “Acabam-se os nossos anos como um breve pensamento, porque tudo passa rapidamente, e nós voamos” (Sl 90: 9-10).

Logo, como poderia uma pessoa investida da autoridade civil, dizer que seu poder é absoluto? Estamos, obviamente, no reino da ideologia, na qual a realidade social, econômica e política é vista de forma invertida. Essa inversão, enfim, não se encontra apenas algumas formas da religião, mas também na Política, que até criou o mito da divindade dos reis e imperadores, aparentemente sacralizando o poder, o qual, por natureza, é laico.

Por outro lado, um pensamento libertador, crítico e revolucionário, como o de Marx, no decorrer da História, acabou por negar-se a si mesmo, pois os Estados Comunistas se tornaram ditatoriais e totalitários. Foi nesse sentido que, depois de ter se entusiasmado com o Comunismo, o escritor Jorge Amado mostrou-se decepcionado com seu caráter autoritário e totalitário, vindo, então, a constatar a periculosidade da ideologia.

Antes disso, entretanto, escreveu várias obras sobre os direitos dos trabalhadores, especialmente *Suor, Cacau e Jubiabá*. Isso demonstra que mesmo os grandes escritores e intelectuais estão sujeitos a seguir os mitos políticos, ainda que chegue um momento em que o sonho dogmático seja despertado pelo esclarecimento, como escreveu Kant.

Nesse sentido, sempre será atual a afirmação de Marx, segundo a qual “em toda ideologia os homens e suas relações aparecem invertidos, como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo porque a inversão dos objetos, na retina, decorre de seu processo de vida diretamente físico”.

III – As Genealogias e os preconceitos étnico-raciais

As mitologias políticas chegaram ao extremo da criação do mito do ‘bom nascimento’, também conhecido como eugenio, o qual foi adotado, desde Platão, que defendia que os guardiões do Estado formassem uma comunidade, onde os homens e as mulheres de forma comum, sem adotar a monogamia. Seus descendentes seriam considerados filhos de todos, logo, os homens e as mulheres seriam seus pais e mães comuns.

O chamado mito da raça pura foi adotado pelo Nazismo, cuja ideologia se referia aos soldados em campos de batalha como guardiões no sentido platônico do termo, isto é, como se fossem membros de uma etnia ou raça superior, ainda que, a rigor, só existisse uma raça, a raça humana.

E, para tentar justificar o mito do bom nascimento ou eugenio, Hitler citava grandes personagens da Filosofia e da Religião, como Platão, Martinho Lutero, Georg W. F. Hegel e Johann Gottlieb Fichte. Platão era citado, devido ao seu eugenismo, isto é, devido ao mito do bom nascimento. Quanto a Lutero, ele escreveu uma obra, intitulada *Sobre os judeus e suas mentiras*, a qual foi utilizada por Hitler, para justificar e reforçar seu antisemitismo.

No caso da apropriação da eugenio presente na República de Platão, Hitler afirmou que queria criar “guardiões no sentido platônico do termo”, pois Platão era um eugenista, isto é, defendia o mito do bom nascimento. E, assim, Hitler, citando pensadores como Platão, procurava justificar o mito da raça pura, e chamava ironicamente a Israel de povo escolhido.

Quanto a Hegel, ele escreveu que, na história universal, houve um predomínio do mundo oriental, depois do mundo grego, do mundo romano e, enfim, do mundo germânico. Essa menção do mundo germânico feita pelo filósofo, certamente foi citada por Goebbels e Hitler, que procuravam citar grandes autoridades da Filosofia e da História, usando suas ideias e argumentos de acordo com seus próprios interesses políticos.

Todas essas referências em relação ao mito da raça ou do povo puro, foram utilizadas por Hitler, para construir um discurso mitológico que parecia justificar sua perseguição e sua tentativa de exterminar os judeus. Por isso, é

necessário que julguemos todos os discursos e mitos políticos, para que os falsos messias não arrebatem a nossa liberdade.

Ainda em relação aos preconceitos étnico-raciais, Norberto Bobbio elenca uma série destes, presentes, especialmente, no pensamento de Montesquieu (1689-1755), e de Hegel (1770-1931). Em relação a Hegel e seus preconceitos para com os habitantes da África, afirma o filósofo, que o ingresso do homem na História, ocorreu no Estado oriental. De acordo com Bobbio:

Antes disso, o que havia era o homem natural, fora da História. Para Hegel, esse homem natural, pré-histórico (o selvagem, dos escritores iluministas) é o homem africano. Antes de mencionar o mundo oriental, a partir do qual começa o curso histórico da humanidade, Hegel dedica à África algumas páginas que, hoje, pareceriam repletas de blasfêmias. Para ele, o negro é o homem no estado bruto, o homem natural, na sua total barbárie e ausência de freios.

Quanto a Charles-Louis de Secondat, Barão de La Brède e de Montesquieu, nome este pelo qual ficou historicamente conhecido, Bobbio cita as seguintes teses, que demonstram seus preconceitos para com os negros:

O que caracteriza a índole do negro é a falta de freios, uma condição que não é susceptível de qualquer desenvolvimento ou educação: ele sempre foi como o vemos hoje. Na imensa energia do arbítrio sensível, que o domina, o momento moral não tem qualquer poder preciso. Quem quiser conhecer manifestações espantosas da natureza humana, poderá encontrá-las na África. As notícias mais antigas que temos dessa parte do mundo dizem o mesmo: ela não tem propriamente uma História.

Logo, algumas ideias de grandes pensadores, não somente dos acima citados, além de vários outros, precisam ser avaliadas, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista moral, para serem aceitas, devido aos seus preconceitos de caráter étnico-racial, político e ideológico.

IV – A Genealogia da desigualdade na sociedade brasileira

Portugal interessou-se pelo Brasil, apenas do ponto de vista mercantil, incorporando-o como Colônia ao mercado mundial. Tanto senhores quanto escravos, vieram para o Brasil, sendo que um número reduzido de escravos veio da própria Europa, pois Portugal também tinha escravos. Foi da África, em tese,

que veio um número elevado deles. O Brasil já começa, assim, com a marca da violência e do desrespeito ao ser humano.

O cientista social Roger Bastide afirma que Portugal importou para o Brasil “sua sociedade, ao mesmo tempo que sua civilização”, enquanto “a escravidão destruiu a sociedade africana, e o negro não pôde trazer consigo, nos costados dos navios negreiros, mais que seus valores culturais”.

Em princípio, a colonização da América não foi de povoamento. No entanto, com a descoberta de minério pelos portugueses, despertou-se o interesse do povo reinol pelo povoamento da terra, o qual se deu, em função da exploração das riquezas naturais para o enriquecimento de Portugal, não para a construção de uma civilização no Brasil.

Portugal enfrentava dificuldades em relação à mão-de-obra, devido às guerras de conquista, pestes e epidemias, e com a exploração da costa africana, adotou a escravização dos negros, de tal modo que, “em 1550, perto de 10% da população de Lisboa era composta de escravos negros”. O comércio de escravos já era praticado pelos árabes, atividade que se ampliou nos séculos XV e XVI, tanto na agricultura quanto na mineração nas colônias americanas.

Para que possamos avaliar a violência dos portugueses para com os africanos, é importante conhecer a quantidade de negros que vieram para o Brasil. Sabemos que muitos documentos oficiais sobre o tráfico e a quantidade de escravos que chegaram ao foram queimados, conforme afirma Arthur Ramos, mas isso não queimou a História. Há hipóteses e conclusões controvertidas sobre quantos escravos chegaram ao Brasil.

É difícil definir o número de pessoas escravizadas que chegaram ao Brasil. Segundo Pandiá Calógeras, o Brasil recebeu, entre 12 e 14 milhões de negros. Para Pedro Calmon, essa quantidade foi estimada, entre 2,5 e 6 milhões. Roberto Simonsen calculava a cifra de escravos em relação à produção de açúcar, no séc. XVII, e à extração do ouro, no séc. XVIII, estimando que cada escravo vivia, em média, 7 anos depois de aportar no Brasil. Por outro lado, Maurício Goulart afirma que, no século XVII ao XIX, aportaram no Brasil, cerca de 3,3 milhões de pessoas escravizadas, enquanto Taunay e Maurício Goulart estimam que o número delas se aproximava de 3,6 milhões.

Roger Bastide observa que, “certamente, muitos outros africanos foram arrancados de seu país, mas acorrentados nos navios, comprimidos uns contra os outros, foram dizimados por moléstias contagiosas, pela fome ou sede, e seus corpos lançados ao oceano. Às vezes, somente a metade da carga chegava ao seu destino (*sic*)”.

Do exterior, vinham também os recursos materiais, e a produção se destinava ao enriquecimento dos que exploravam o trabalho escravo para atender ao mercado externo. Por isso, houve grandes investimentos dos europeus no aperfeiçoamento do transporte marítimo e, assim, as chamadas ‘grandes navegações’ e os chamados ‘grandes descobrimentos’ são mera narrativas mitológicas, utilizadas para ocultar a desumanidade de uma civilização chamada de cristã, que não primou pela ética do amor ao próximo como a si mesmo, como ensinam tanto o “Antigo” quanto o “Novo Testamento”.

Tais expressões, portanto, apresentam um caráter ideológico, devido ao seu ocultamento da realidade, pois os europeus buscavam ampliar seu domínio político, econômico e cultural, construindo, ao mesmo tempo, uma narrativa preconceituosa sobre os primitivos habitantes das terras invadidas, criticando seus costumes, suas tecnologias e suas formas de culto.

De acordo com o olhar de Pero Vaz de Caminha, as mulheres indígenas não se envergonhavam de mostrar suas próprias vergonhas. E, assim, todos os europeus que aportavam no Brasil descreviam os indígenas, em geral, de forma preconceituosa, partindo apenas de seu próprio modelo de cultura. E foi esse olhar de conquistadores que predominou em nossa cultura.

O choque cultural e econômico foi intenso, pois, enquanto os portugueses e outros europeus viviam no regime feudal, os indígenas, bem como os africanos escravizados, viviam em comunidades primitivas, com organização tribal. Assim, devido ao domínio português, ocorreu um processo de aculturação e, no processo de integração involuntária com os portugueses pelos índios e negros que foram subjugados, a cultura transplantada da Europa teve supremacia sobre a cultura indígena e as culturas de origem africana.

V – A ideologia do branqueamento da população brasileira

No Séc. XIX, a elite brasileira adotou uma política de branqueamento da nossa sociedade, devido ao preconceito étnico-racial, para com os indígenas e com a população afrodescendente, e temendo que essa população se multiplicasse, foi adotada uma política eugenista de ‘branqueamento’ da nossa sociedade.

Dessa ideologia, fazia parte a falsa crença, sustentada pelos colonizadores, de que apenas as pessoas de origem europeia eram consideradas ‘normais’. Nesse contexto social, dominado pelo eugenismo, muitas famílias brancas vieram para o Brasil, com a promessa de terem uma propriedade para cultivar, enquanto os afrodescendentes não tinham direito à propriedade, nem da terra, nem de si mesmos, sendo desrespeitados em relação à sua autonomia como sujeitos morais.

Por outro lado, a História registra, também, que era comum durante a escravidão no Brasil, que uma pessoa liberta passasse a comprar escravos e ser seu senhor, reproduzindo, assim, a moral dos que tratavam os escravizados, não como pessoas, mas sim, como mercadoria e instrumento de trabalho. A esse respeito, Machado de Assis cita um homem chamado Prudêncio que, depois de ter sido “alforriado, foi flagrado em lugar público, aplicando as mesmas sevícias físicas e verbais a outro escravo que comprara, reproduzindo a mesma forma de tratamento que recebera na infância”.

É necessário observar também que, ainda que os jesuítas tenham se oposto à escravidão dos indígenas, sua presença no Brasil foi também uma forma de aculturação e de parceria com o Estado, pois a Igreja citava a Política de Aristóteles, para justificar a escravidão, e ela mesma, enquanto instituição, até o Século XIX, era proprietária de escravos. Foi o que se deu, por exemplo, em Petrópolis – RJ, onde, de acordo com Antonio Eugênio Taulois:

Antônio Tomás de Aquino Correia, o Padre Correia, criava gado. A principal atividade do Padre Correia era cultivo de milho e a fabricação de ferraduras, para atender à enorme demanda exigida pelas dezenas de tropas diárias que pernoitavam na Fazenda. Lá, também, existiam muitos escravos. O Padre Correia foi um dos grandes senhores de terra da região petropolitana.

O Brasil, portanto, tem uma Genealogia da desigualdade, a qual era encoberta, mesmo por Escrituras falsas e enganosas, como forma de justificar as terras tomadas de seus legítimos proprietários, com o emprego de tocaias e invasões, que levavam os proprietários a se renderem ou serem mortos pelos invasores.

Também faz parte de nossa História, a redação de Escrituras enganosas, chamadas de ‘caxixe’, no Nordeste brasileiro, como ocorreu nos tempos do Coronelismo, como escreveu Jorge Amado, baiano de Itabuna: “Campeava o caxixe, a falsificação de escrituras e medições de terras, as hipotecas inventadas, os cartórios e tabeliães, eram peças importantes na luta pelo desbravamento e plantio das matas. Como distinguir um documento falso de um verdadeiro”?

Por isso, é possível que muitas Genealogias tenham sido redigidas como meras estratégias para a manutenção da propriedade da terra e para a hegemonia econômica e política, não só no Brasil, mas, também, pelo mundo afora. Tais documentos são verdadeiros caxixes, como se diz no Nordeste. Isto é, trata-se de uma falsificação, de um logro, presente mesmo em alguns cartórios, como afirmou Jorge Amado, tanto na obra *Terras-do-Sem-Fim* (1943) quanto em *Gabriela* (1958) e outras obras.

VI – A importação e a assimilação de ideias estrangeiras: a cultura transplantada

No Brasil, houve o predomínio de relações escravistas, desde o Séc. XVI até ao final do Séc. XIX. Nesse quadro colonialista, houve o predomínio da cultura transplantada da Europa, em consequência do domínio dos portugueses, o que se refletiu na educação, na literatura, na religião, nos costumes e no pensamento brasileiro, que se acostumou a reproduzir nas escolas europeias de Filosofia, especialmente do Positivismo, no Séc. XIX, do qual temos uma herança em nossa bandeira, pois, o lema, ‘Ordem e Progresso’ é inspirado na máxima de Auguste Comte: “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”.

A presença da cultura europeia e da religião católica no Brasil, encontra-se também na própria Língua que falamos, tanto que, no Século XIX, houve a proibição de que se falasse o Tupi, em São Paulo, a fim de garantir o domínio, não só econômico e político, mas também o domínio dos significados e, assim, a visão de mundo passou a ser a dos conquistadores.

Outro recurso para o domínio da cultura transplantada, foi o costume de vários locais serem nomeados com referência aos santos católicos, à medida em que os portugueses por aqui aportavam. Assim, surgem nomes ‘Cabo de Santo Agostinho’, ‘Bahia de Todos os Santos’, ‘Rio São Francisco’, ‘São Paulo de Piratininga’, ‘São Vicente’, primeira cidade do Brasil etc. E, desde os primórdios da Terra *Brasilis*, os nomes de ‘Ilha de Vera Cruz’ e ‘Terra de Santa Cruz’ indicam a presença dessa linguagem, que transformou a cruz, de um símbolo de salvação e de libertação, em um símbolo de domínio.

Essa presença da cruz na Política, pode ser interpretada não só em relação à piedade, mas também em relação ao uso desse símbolo como um elemento ideológico, a fim de suavizar o domínio português sobre a nossa terra, nossa cultura. Consequentemente, aqui, a religião exerceu um papel ideológico, no sentido marxista do termo, isto é, o de inverter as verdadeiras causas das relações sociais, econômicas e políticas.

No cimo do monumento ao IV Centenário da cidade de São Vicente – SP, observa-se um globo e uma cruz. O primeiro, demonstra o domínio político e, o segundo, o domínio religioso de Portugal. Isso, porém, é ignorado pela maioria das pessoas que visitam a obra, dedicada a São Vicente, pela Colônia portuguesa, em 1933.

Nos registros abaixo, mostram-se o monumento histórico, ideológico e político da ocupação da Terra *Brasilis* pelos portugueses, em São Vicente, primeira cidade do Brasil.

Seguem duas fotos do monumento, sendo, a primeira, de 1933, e, a segunda, de 2021:



Com a presença do globo terrestre e da cruz sobre a obra, confirma-se que as narrativas que predominaram, a respeito do Brasil, foram verbais, escritas ou representadas na Arte, quer fossem com o símbolo da cruz, que indica não só a mensagem da redenção, mas, também, o poder da Igreja como grande proprietária de terras e instituição influente na política, na economia e na cultura.

Tais narrações fazem parte de um modo de significação da realidade, escolhido e construído, de acordo com a visão de mundo dos conquistadores e dominadores, ao longo da nossa História.

A cruz no topo do monumento, no entanto, teve uma inversão semântica com a presença do catolicismo no Brasil e em outros países conquistados pelos europeus, pois, de símbolo de redenção, através do sacrifício de Jesus Cristo, passou a ser um símbolo de domínio cultural, religioso, econômico e político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista dessas coisas, que diremos? Quando nos deparamos com o monumento a Anhanguera, em frente ao MASP, na Avenida Paulista, e quando contemplamos o monumento à Mãe Preta, no Largo do Paissandu, ambos em S. Paulo – Capital, de que lado ficamos, dos opressores ou dos oprimidos?

Quando sabemos do papel dos bandeirantes na invasão do ‘Quilombo dos Palmares’, em Alagoas, qual narrativa preferimos, a dos opressores ou das pessoas escravizadas, que lutavam por sua liberdade? Onde estão as narrativas dos oprimidos e dos excluídos? Elas também fazem parte de nossa Genealogia e de nossa moral enquanto povo.

Muitos se esquecem de que o antigo nome de Porto Feliz – SP, era Araritaguaba, de onde foram expulsos os índios Guayanases. Esse Porto era feliz, para quem? Para os que tomaram a posse desse local e dali saíam em busca do ouro em longínquas paragens, chegando até a cidade de Cuiabá – MT. E dessas viagens, narradas em livros didáticos, alegando o heroísmo dos bandeirantes, nada se fala dos direitos de seus primitivos habitantes.

E, os bandeirantes, tidos como heróis nos livros de História, por muito tempo, foram, na realidade, cruéis com os indígenas, e especialmente com os refugiados no ‘Quilombo do Palmares’, em Alagoas, que depois de resistirem bravamente, por muitos anos, às investidas dos portugueses, foram, enfim, vencidos, sob a liderança do bandeirante Domingos Jorge Velho (1641-1705).

E, temos, um Palácio dos Bandeirantes, uma Rodovia dos Bandeirantes e uma Rádio e TV Bandeirantes. Isso evidencia o poder das narrativas construídas pelos invasores e conquistadores, as quais têm uma capacidade tal de alienação, que passamos a reproduzi-las e, assim, se não formos criteriosos, judiciosos, reproduziremos as narrativas preconceituosas para com as populações originárias, tanto do Brasil quanto da África. Despertemos, pois, do sono dogmático.

E, assim, se conta a nossa Genealogia, enquanto povo, com a honra dos opressores e a desconsideração para com os oprimidos, desde as nossas origens. Por isso, seria difícil para a população vinda da África, à força, aderir ao Cristianismo, posto que esta era a religião predominante, na maioria dos países europeus que adotavam essa forma desumana de trabalho.

E, ainda que, no Brasil, se tenha havido a tentativa, por parte da Igreja, de justificar a escravidão, com a afirmação de Aristóteles, de que as pessoas escravizadas eram consideradas como meros instrumentos de seus senhores, não podemos, por questões éticas óbvias, citar um grande pensador para justificar o injustificável.

Nesse sentido, aquilo que Marx e Engels vieram a afirmar, no Século XIX, a respeito do poder de inversão da ideologia, aplica-se perfeitamente ao discurso

da Igreja, tanto no Brasil quanto noutras civilizações dominadas por Portugal e pela Espanha.

E o teólogo protestante, Paul Tillich (1886-1965) afirmou, em relação às pretensões políticas, econômicas e culturais da Igreja, que “a hierarquia eclesiástica queria controlar o mundo”. E isso se estendeu da Europa para o chamado ‘Novo Mundo’. Nisso, temos uma Genealogia da desigualdade, desde os primórdios da expansão europeia, das grandes navegações, donde aprendemos a venerar supostos heróis, como Vasco da Gama (1469-1524), Pedro Álvares Cabral (1467-1520), devido ao poder de inversão da ideologia.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela* (1958). S. Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. S. Paulo: Pioneira, 1960.
- BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília: Editora da UNB, 1985.
- CIAR-UFG. *O continente africano*. A cartografia das Áfricas antes e após o Tratado de Berlim (<https://historiaecultura.ciar.ufg.br/modulo2/capitulo5/conteudo/capitulo-05-1.html>)
- DODD, Charles. H. *A Interpretação do Quarto Evangelho*. S. Paulo: Paulinas, 1977.
- FERNANDES, Camilla. *Você sabe o que foi a teoria do embranquecimento no Brasil?* (politize.com.br/embranquecimento).
- HOBBS, Th. *Leviatã ou matéria forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. S. Paulo: Abril Editora, 1979. Os Pensadores.
- HOBBS, Th. *An Historical narration concerning heresy, and the punishment thereof*. The English Works of Th. Hobbes. Molesworth. London: 1839-1845, reeditada em 1966.
- LUTHER, Martin. *Von den Juden und ihren Lügen* (Sobre os Judeus e suas mentiras). Wittenberg, 1543.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.

Sites consultados

- Bíblia Sagrada. Versão Almeida Revista e Atualizada (www.bibliaonline.com.br).
- BibleHub (<https://biblehub.com>)
- Etymonline (www.etymonline.com)
- Strong's Lexicon (biblehub.com/hebrew/8435.htm)